

## Do velho Cais Mauá a novos negócios: conflitos inerentes a representação política da identidade na gestão do espaço urbano

### RESUMO

**Carlos César de Oliveira Lacerda**  
[Cesarlacerda.adm@hotmail.com](mailto:Cesarlacerda.adm@hotmail.com)  
Universidade Federal de Pernambuco,  
Recife, Pernambuco, Brasil

**Sérgio Carvalho Benício de Mello**  
[Sergio.benicio@gmail.com](mailto:Sergio.benicio@gmail.com)  
Universidade Federal de Pernambuco,  
Recife, Pernambuco, Brasil

Esse artigo versa sobre uma intervenção urbana de requalificação do espaço público no Porto Cais Mauá em Porto Alegre-RS. O objetivo foi compreender como se dão os conflitos na representação política da identidade gaúcha na gestão do espaço urbano. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de posição crítica que se utilizou a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, uma teoria pós-estruturalista de matriz pós-marxista. Paralelamente essa discussão também foi apoiada na teoria do Direito à Cidade de Henri Lefebvre e nos estudos sobre a Produção Capitalista do Espaço de David Harvey e a teorização sobre identidade política, a partir de uma metodologia retrodutiva. O corpus de pesquisa foi montado contendo 25 arquivos, sendo eles entrevistas com movimentos de resistência, documentos e arquivos de redes sociais. Para apoiar as análises utilizou-se o software de análise qualitativa NVivo. Os resultados apontam que os conflitos se dão para legitimar a identidade de um povo na intenção de preservar sua historicidade local e ao mesmo tempo colocar a cidade em favorecimento do capital. Ambos argumentos estão pautados em um único conceito de cidade: de um lado baseado em valor econômico agregado, e do outro lado um modelo baseado em participação, transparência e preservação.

**PALAVRAS-CHAVE:**Cais Mauá. Identidade Política. Gestão do Espaço.

## 1 INTRODUÇÃO

O porto Cais Mauá, localizado no espaço geográfico de Porto Alegre, objeto central desse estudo, é um espaço com inúmeras peculiaridades e possui um turismo forte diante do cenário brasileiro. O patrimônio arquitetônico de Porto Alegre bem como suas atividades de turismo demonstra as fases vividas pela cidade. A região central de Porto Alegre em que se localiza o Cais Mauá atualmente é alvo de recuperação pelo poder privado e público para a preservação e ao mesmo tempo, o fomento ao turismo daquela localidade.

O Cais faz parte da história da cidade cujas características especiais o fizeram ser protegido pelos Patrimônios Histórico Nacional e Municipal (PHNM). A importância histórica do Cais Mauá reside no fato de sua construção resultar de um grande esforço conjunto entre o governo e a sociedade gaúcha, que se empenhavam, no início do século XX, para modernizar a capital e incrementar a economia. O Cais Mauá faz parte da história da cidade e a localização do porto é motivo de interesse da iniciativa privada, pois se encontra em local estratégico para atrair turistas (VIEIRA, 2012). Ao longo dos anos o Cais foi perdendo sua função portuária o que gerou a desativação do mesmo.

Em 2010 foi lançado Edital de Concorrência 001/2010, para aprovação das propostas de requalificação do Cais Mauá. O projeto vencedor da concorrência deverá observar e priorizar a acessibilidade, o restauro do patrimônio histórico e a realocação dos prédios públicos atualmente existentes. No final do referido ano (2010) foi assinado um contrato entre a Cais Mauá do Brasil S.A. e o Governo do Estado para a requalificação do Cais, enfatizando que o novo Cais Mauá será um ícone de modernidade para a cidade de Porto Alegre.

Assim, o espaço começa a ser alvo de polêmicas devido à proposta grandiosa de requalificação. Em 2015, o Cais Mauá foi objeto de discussões referentes a esse projeto por grupos que se manifestaram contra o projeto aprovado, ou seja, demonstrando que a requalificação não é uma unanimidade para a população, gerando conflitos no andamento. Para muitos o projeto atual desconsidera a identidade gaúcha. Percebe-se a problematização em torno da área, onde diversos atores disputam espaços de convivência na tentativa de “organizar a cidade”. Nesse caso, a cidade é percebida como um grande organismo que precisa de políticas públicas para seu efetivo funcionamento, atendendo o maior número possível de demandas sociais.

“Um porto Alegre” como muitos estão chamando essa requalificação, apresenta como objetivos uma modificação para fins empresariais, de turismo, de lazer e cultural. Dessa maneira, o espaço se apresenta como uma verdadeira arena de lutas entre o empreendedor e os grupos que resistem a tal movimentação.

O Cais projetado pelo grupo vencedor pretende dar a cidade de Porto Alegre uma cara mais sofisticada no sentido de atração turística. Conforme o Governo, Porto Alegre e o Cais Mauá deveria ser a sala de visitas do Estado do Rio Grande do Sul (SOUZA, 2008). A proposta de requalificação procura agregar novos usos para este espaço e, colocar Porto Alegre no contexto de consumo cultural, turístico e concorrência intercidades, através da política de intervenção no Cais a fim de projetar uma imagem de cidade inovadora e integrante das tendências do mundo globalizado.

O Cais no futuro seria dividido em 3 etapas: o Setor Gasômetro, o Setor Armazéns e o Setor Docas: 1) Gasômetro – que abarcará as atividades comerciais, como a construção de um shopping a fim de conectar o Rio Guaíba ao centro de compras e a Praça Brigadeiro Sampaio; 2) Setor Armazéns – neste setor encontra-se os bens patrimoniais, que serão utilizados para atividades culturais, gastronômicas, de lazer e educação; 3) Docas – tem como objetivo a implementação de atividades empresariais, como a construção de torres que abrigará um hotel, centro empresarial e estacionamentos (Figura 01).

Figura 01: Projeto de Requalificação do Cais Mauá



Fonte: Cavalheiro (2008).

Diante do exposto, os vários questionamentos começam a emergir no campo discursivo ao discutir um conceito de cidade. Pontos positivos e negativos começam a se entrelaçar como forma de trazer uma cidade relevante para todos os envolvidos. Os questionamentos giram em torno da discussão de um “bom projeto”, entretanto, como ficaria a integração do espaço? Como seria a organização do lugar tendo em vista os vários grupos políticos envolvidos? E a fragmentação socioespacial? Como o gaúcho pode ser representado nesse contexto no que diz respeito às suas tradições?

Por falar em tradição, os gaúchos são conhecidos por preservar sua identidade local através dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs). De acordo com Luvizotto (2010) são sociedades civis sem fins lucrativos, que buscam divulgar as tradições e o folclore da cultura gaúcha tal como foi codificada e registrada por folcloristas reconhecidos pelo movimento, se transformando no que é o maior movimento de cultura popular, organizado e centralizado, do país. Promovem a integração dos participantes através da dança, esportes, atividades campeiras, rodas de chimarrão e churrasco feito no fogo de chão e podem encontrar-se em qualquer território mesmo fora do Estado (Figura 02).

Figura 02: Cultura Gaúcha / Centros de Tradição (CTGs)



Fonte: Organizado pelos autores (2017).

Como se observa, o modo de viver gaúcho é pautado por tradições preservadas até os dias de hoje, se configurando como a manutenção da sua identidade local. Por exemplo, o chimarrão é uma bebida típica da região e a capital é rota dessa bebida sendo considerada como arte com sabor de erva-mate. É cultura do estado, indo além das fronteiras geográficas. Essa tradição se confunde com a própria história do município.

O exemplo dessas intervenções e conflitos no Cais Mauá é também percebido em outras realidades que mantêm a mesma natureza na tentativa de criar significados para o espaço urbano. Zancheti, Somekh e Fregonezi (2016) desenvolveram uma pesquisa comparando seis centros históricos no Brasil e dentre eles o centro histórico de Porto Alegre. No trabalho é possível perceber uma série de conflitos que envolvem a temática da produção do espaço urbano e o direito à cidade: o caso de São Luís, Recife, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Em todos os casos são percebidas as multiplicidades de vozes que envolvem a problemática, bem como uma discussão que relaciona a cidade como produto e democracia.

O presente trabalho tem como objetivo compreender como se dão os conflitos na representação política da identidade gaúcha na gestão do espaço urbano. A abordagem foi a partir da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, uma teoria pós-estruturalista de matriz pós-marxista que problematiza os discursos, considerando-o como uma prática social. Paralelamente essa discussão também foi apoiada na teoria do Direito à Cidade de Henri Lefebvre e nos estudos sobre a Produção Capitalista do Espaço de David Harvey que discutem a cidade como um organismo vivo, a partir de uma metodologia retrodutiva (GLYNOS & HOWARTH, 2007) a qual está detalhada na sessão metodológica.

---

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Identidade Política

De acordo com Howarth (2013) a abordagem da perspectiva pós-estruturalista para a discussão de identidades pressupõe o entendimento sobre o conceito de diferença. Este que não é confundido com o de identidade, apesar de estarem muito próximos. Muito mais relevante do que apontar as aproximações de ambos os conceitos (identidade/diferença), é interessante demonstrar a contingência e emergência da temática para a teoria pós-estruturalista por meio de uma realidade construída socialmente. Assim, a identidade é relacional e marcada pela diferença, ou seja, a identidade se distingue pelo que não é (WOODWARD, 2000).

Howarth (2013) expõe seus argumentos baseados no conceito de Derridá conhecido por *Différance*, bem como as relações de poder baseadas em Foucault. A identidade remete aquilo que é (eu sou), ou seja, ela mesmo se referencia, sendo algo independente. A diferença também se torna independente e remete numa posição contrária a identidade, pois é aquilo que o outro é (ele é), ou seja, aquilo que eu não sou. Entretanto, apesar de suas peculiaridades, é perceptível que existe uma relação estreita de dependência. Quando se afirma algo, é porque existe um outro algo que não é. Isso significa compreender que a afirmação faz parte de uma longa cadeia de negação, definido por aquilo que não é. Nesse sentido, a diferença e a identidade podem ser compreendidas pelo resultado de um processo discursivo e de produção simbólica numa relação social em movimento.

Quando se discute algo no sentido político, significa problematizar sobre a coletividade, então a questão da identidade/diferença é, sobretudo, pensar na relação eu/outro na teoria social e política. Nesse caso, é resgatada a importância da cultura na formação da concepção de si e do grupo de identificação, concentrando no papel da política de identidades coletivas. Portanto, as identidades são construções contingentes com as funções e posições de sujeitos disponibilizados pelos discursos produzidos historicamente. Dessa forma, as identidades são fragmentadas, construídas e transformadas continuamente por representações ou interpelações dos sistemas culturais que o rodeiam (HALL, 2003).

O ângulo apontado por Laclau e Mouffe discute a noção política da identidade para incluir todas as formas de luta coletiva, através da política de classe trabalhadora e lutas (LACLAU E MOUFFE, 1985; 2015). Isso permite inferir que a formação das identidades coletivas se dá por meio de um projeto hegemônico através das articulações e antagonismos sociais inerentes a ele. Na teorização da identidade, a corrente pós-estruturalista busca problematizar a perspectiva essencialista e anti-histórica, argumentando diferentes posições teóricas através do caráter identitário e na contingência da realidade social. Em outras palavras, têm se buscado desconstruir o conceito fechado de “verdade” e pluralizar as tradições, os discursos e as comunidades que inúmeras vezes são concebidas como algo fixo e homogêneo, rechaçando a abordagem de uma “essência humana” universal.

Essa identidade deve ser diferenciada do conceito de “função” ou “papel”. A



função seria definida por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade, como por exemplo, ser um pai, ser um vizinho, ser professor ou fazer parte de um grupo coletivo. Em contrapartida, as identidades servem como fontes de significado, e só existe se os atores sociais internalizarem o seu significado (MENDONÇA, 2012). Essa discussão permite-nos a compreender o fato de que os agentes com diferentes identidades podem vir a partilhar os mesmos interesses e por outro lado, os atores sociais com as mesmas identidades podem construir interesses diferentes. Dessa forma, infere-se que as construções de identidade, bem como de interesse significa que podem ser articuladas de diferentes maneiras por meio de lógicas e práticas políticas.

## **2.2 A teoria do discurso de Laclau e Mouffe: Conceitos centrais e categorias analíticas**

Diante das abordagens concentradas para a utilização e o entendimento do discurso nas ciências sociais, a Teoria do Discurso nasce como uma alternativa epistemológica para a análise de eventos políticos, sociais e culturais (HOWARTH, 2000; HOWARTH; STRAVAKAKIS, 2000; MENDONÇA, 2003; 2009; DELAGNELLO; BÖHM, 2010).

A Teoria do Discurso é uma teoria política que problematiza os sujeitos a partir das vozes (discurso). Entendamos aqui que as vozes não são somente as falas, mas envolve uma ampla gama de linguagens indo muito mais além, que desvelam significados em torno dos acontecimentos, ou seja, o discurso nessa perspectiva, precisa ser entendido como um sistema de significados contingentes inerentes as estruturas sociais (CORDEIRO; MELLO, 2010)

Os analistas do discurso Ernesto Laclau com a colaboração de Chantal Mouffe na Escola de Essex (Inglaterra) desenvolveram a teoria a partir da obra clássica *Hegemony and Socialist Strategy – Towards a Radical Democratic Politics* publicada em 1985. Essa abordagem é de fundamento pós-estruturalista, pois tiveram pensadores como Lacan e Derridá, numa releitura do conceito sobre hegemonia de Gramsci. Para Barcelos e Dellagnelo (2012) a TD pesquisa a forma como as práticas sociais se articulam nos discursos que fazem parte da realidade social, pois essas práticas são aceitáveis à medida que os significados são contingentes. Para compreender a Teoria do Discurso faz-se necessário discutir alguns conceitos e categorias analíticas inerentes a teoria.

A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe é baseada em diversas abordagens filosóficas com o objetivo de discutir conceitos centrais coerentes e complexos que dão subsídio a todos as categorias analíticas apresentadas por eles. Para isso, os autores estabeleceram três conceitos-chave de sua teoria que são: discurso, a noção de hegemonia e antagonismo social. O discurso é um conjunto de elementos dados a partir de uma série de relações, compreendido pelas possibilidades de polissemia dos significantes (LACLAU, 2001). A hegemonia significa a dominação em que um certo grupo é subjugado a outro onde passa a ser controlado pelas suas ideologias. Assim, compreende-se que não existe a busca pela hegemonia sem uma luta (MENDONÇA, 2007). Em relação ao conceito de antagonismo social, na leitura de Laclau e Mouffe (1985) a presença do “outro” previne que eu seja totalmente eu.

Além desses três conceitos centrais, a TD aborda algumas categorias

analíticas que são necessários para compreender a estrutura que está imerso nos discursos. Articulação pode ser definida como “qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que sua identidade seja modificada como um resultado de prática articulatória” (LACLAU e MOUFFE, 2015, p. 178).

Inseridos nessa articulação estão alguns conceitos que fazem parte da discussão em relação à teoria do discurso (elemento, momento e ponto nodal). Os momentos dizem respeito às posições diferenciais que são articuladas em um discurso, já os elementos são as diferenças que não se apresentam discursivamente de forma articulada, justamente por seu caráter flutuante (SILVA, BATISTA e MELLO, 2014). Os pontos nodais, para a Teoria do Discurso, representam uma junção de momentos, fruto de articulações entre elementos, que inseridos no discurso geram assimilações a novas identidades capazes de gerar mudanças nas práticas discursivas. Assim, pode-se dizer que é o próprio sentido da prática articulatória (MENDONÇA, 2010; LACLAU; MOUFFE, 1985).

Esses pontos nodais são discutidos na visão de Laclau e Mouffe (1985) com outro conceito aqui apresentado: os significantes vazios. “Um significante vazio, é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado” (LACLAU, 2011, p. 67). Ou seja, eles não possuem um significado estável e são capazes de se adequar de acordo com as demandas dos diferentes sujeitos políticos. Já os significantes flutuantes possuem a característica de serem emergentes, ou seja, são os sentidos não articulados e por esse motivo são objetos de disputas políticas (SILVA, BATISTA e MELLO, 2014).

Outros dois conceitos abordados na Teoria do Discurso é o de cadeias de equivalência e diferença. Na visão de Laclau e Mouffe (1985), a equivalência é através da lógica de simplificação do espaço político que expande o polo pragmático, assim, reduzindo o número de possíveis posições do sujeito. Na diferença, se representa uma lógica que expande o polo sintagmático, levando a um aumento da diversidade da posição do sujeito.

### **2.3 A cidade como organismo vivo: O direito à cidade e a produção capitalista do espaço**

Lefebvre (2008) observa a cidade como o laboratório do homem. Para o autor, antes era a terra a centralidade desse laboratório e só depois a cidade tomou esse lugar. Dessa forma, a problemática urbana surge como uma ideologia e prática e o ponto de partida para a discussão seria a industrialização e a urbanização. É a partir desse contexto, que é feito um paralelo entre as classes dominantes e as classes operárias, onde no tecido urbano surge uma desordem na cidade, com a compreensão de que a classe operária seja expulsa do centro, diminuindo o conceito de “habitar”.

Nesse caso, a cidade é discutida sob a ótica de uma grande rede tecnicamente socialmente e politicamente, onde o capital e o Estado estabelecem suas relações. O núcleo urbano é apontado como um produto de consumo, assumindo um “duplo papel: lugar de consumo e consumo de lugar” (LEFEBVRE, 2008, p. 20). É nesse mesmo sentido que Harvey (2005) apresenta as contradições do modo capitalista de produção nas relações de classe em comparação ao socialismo. Assim, o modo de produção do espaço começa a ser compreendido por meio das várias demandas inerentes ao mesmo, que é

caracterizado por sua transformação (GOMES, 1990).

A filosofia surge como um meio de compreensão nos estudos sobre a cidade arcaica grego ou romana, discutindo a oposição entre o valor de uso (a cidade e a vida urbana; o tempo urbano) e o valor de troca (os espaços compridos e vendidos; o consumo dos produtos; dos bens; dos lugares e dos signos) – valor de uso X valor de troca. Assim, para Lefebvre (2008) a filosofia nasce da cidade com a divisão do trabalho permitindo a construção do Direito à Cidade como um projeto norteador de uma sociedade urbana (FIORAVANTI, 2013).

O urbanismo por meio da venda de mercadoria é uma temática expressiva nos estudos de Lefebvre (2008) e Harvey (2005). Para o primeiro autor, o urbanismo, nesse caso, concebe a cidade para o mercado, visando o valor de troca apenas, o lucro. Dessa forma, não se vende moradia e sim um estilo novo de residir por meio de uma cidade feliz, segura e longe da desordem. Ainda para Lefebvre (2008) a cidade contemporânea está nas condições de arquitetos formais e administradores estratégicos, o que para ele é uma problemática, pois traz tipologias urbanas excludentes.

É quando o autor discute as ciências (história, economia, demografia, arquitetura e sociologia) que surgem para analisar as cidades, que para ele é de forma fragmentada, a não ser a filosofia que fazia sua contribuição de forma mais totalizada, assim como também os estudos de Carlos (2016) sobre a produção do espaço urbano que coloca a filosofia como uma condição para a compreensão do mundo. Entretanto, ainda se questiona: “É possível tirar das ciências parcelares uma ciência da cidade?” (LEFEBVRE, 2008, p. 40). Para o autor, somente a partir de uma práxis. Fica a reflexão.

Por essa compreensão, a cidade emite e recebe mensagens. Numa análise semiológica, existe a fala da cidade, a língua da cidade, a linguagem urbana e a escrita da cidade, onde os signos são gerados e compartilhados, trazendo a produção e consumo desses signos na cidade. É nesse contexto que Gehl (2013) apresenta uma discussão sobre as cidades vivas que são aquelas em que as pessoas conseguem interagir umas com as outras em um sistema de sociabilidade, com algo grau de experiências.

Dessa forma, o Direito à Cidade se apresenta como o próprio direito à vida. A cidadania integral de forma totalizante a todos os habitantes é reivindicada todo o tempo como forma de expressar um direito aos cidadãos, fazendo emergir a humanização como uma necessidade do direito à liberdade. Esses direitos se configuram como o direito de uso, ou seja, o direito à cidade se sobrepondo ao de troca e da mercadoria. Em outras palavras, o espaço urbano é produzido pelo homem a partir da forma que ele o percebe (experimenta), o concebe (pensa sobre) e o vive (age) (LEFEBVRE, 2008; HARVEY, 2005).

Nessa análise, um Cais Mauá só funcionaria se essas três dimensões puderem ser atendidas de forma global: perceber no sentido sensorial, conceber no sentido de participar/planejar/ter voz e viver no sentido de fazer parte/vivência. Assim, para o autor, a revolução e a luta têm que ser urbana através do resgate histórico, cultural e político. Nesse caso, a cidade é um discurso e o discurso é uma linguagem, ou seja, uma comunicação e assim, a cidade se faz através de práticas sociais (HARVEY, 2013).

Harvey (2005) faz também uma análise desse espaço numa relação entre o



Estado e o próprio capitalismo, trazendo contribuições para uma análise espacial. No caso do fenômeno estudado no Porto Cais Mauá, é discutido o papel do governo muito mais com um perfil empreendedor, ou seja, a posição de um Estado empreendedor por meio de um empreendedorismo urbano, tratando da possibilidade de se transformar em renda, qualquer forma de serviço ou mercadoria para o capital financeiro. Para Harvey (2005) é nesse espaço urbano que o Estado interfere nas formas de relações, onde a maioria das classes é oprimida pela hegemonia.

A “modernização” concebida no projeto de um “porto alegre” é vista nas contribuições desses autores. Harvey (2005) chama atenção para este tipo de modernização, pois salienta que o processo de feitura da cidade, no capitalismo tardio, é tanto produto quanto condição dos processos de transformação da governança urbana, ou seja, de acordo com o autor a atividade é mostrada como espetáculo para aqueles que estão excluídos dela e se legitima configurando um novo imaginário de integração e memória.

A postura hegemônica adota uma visão empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico, visando maximizar a atratividade local como chamariz para investimentos estrangeiros, megaeventos e grandes projetos urbanísticos, ou seja, a cidade é vista como protagonista (HARVEY, 2012). Dessa forma, é que o autor discute um empresariamento urbano, que seria uma maneira de planejar e organizar a cidade, visando atender a diversos mercados, entre eles, o financeiro e o turístico. Nesse tipo de regime capitalista a cidade é reinventada para permitir o crescimento do capital, é quando ele discute a cidade por meio da mercadoria, ou seja, a cidade mostrada e vendida como produto no mercado, ignorando o espaço da vida cotidiana dos seus habitantes (HARVEY, 2005).

### 3 TRILHA METODOLÓGICA

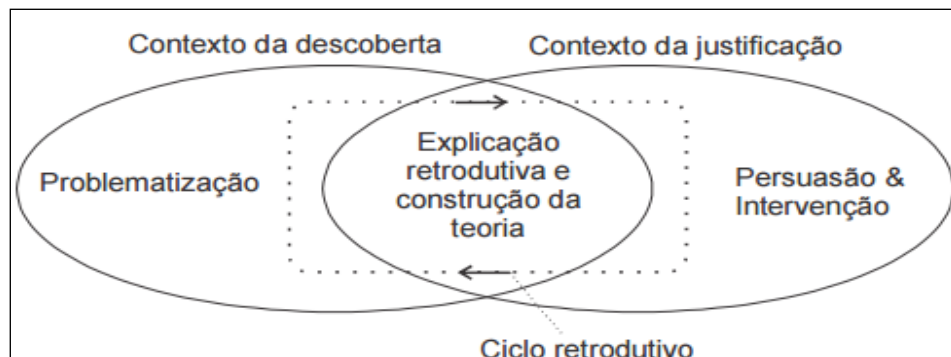
Esse trabalho assume uma posição crítica de corrente pós-estruturalista e matriz pós-marxista sob uma abordagem qualitativa. A metodologia qualitativa emprega diferentes concepções filosóficas, estratégias de investigação, método e análise dos dados. Baseiam-se em dados de textos, entrevistas e imagens é fundamentalmente interpretativo e permite ao pesquisador ter uma visão do fenômeno (CRESWELL, 2010). Diante disso, o trabalho assume uma visão não positivista, entendendo o discurso como uma prática social a partir de um processo de articulações.

A Teoria do Discurso abrange um conjunto de etapas que norteiam as análises. Glynos e Howarth (2007), também teóricos do discurso, desenvolveram algumas orientações de metodologia a partir do método da lógica da explanação crítica em sua obra *Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory* (2007). Dessa forma, este trabalho utilizou o método, uma vez que está alinhando a Teoria do Discurso.

Howarth et al. (2016) apresentam que a lógica da explanação crítica (Figura 03) se divide em cinco passos relevantes: problematização, retrodução, lógicas, articulação e crítica. Entretanto, pode-se considerar que estão aglutinados em três grandes momentos, onde a problematização é responsável pelo primeiro momento, a retrodução juntamente com as lógicas e a articulação são

responsáveis pelo segundo momento, formando os ciclos retrodutivo e por fim, o momento da crítica que é formado pela justificação e persuasão.

Figura 03: A Lógica da Explicação Crítica



Fonte: Glynos; Howarth (2007).

**Momento 1 – Problematização:** A problematização possibilita alguns questionamentos a partir da construção e interpretação do fenômeno estudado para assim, expandir o campo discursivo, envolvendo todo o fenômeno empírico. **Momento 2 – Retrodução, Lógicas e Articulação:** A explicação retrodutiva seria a compreensão do fenômeno a partir de hipóteses melhoradas, ou seja, por ciclos retrodutivos, reinterpretando as observações levantadas na problematização.

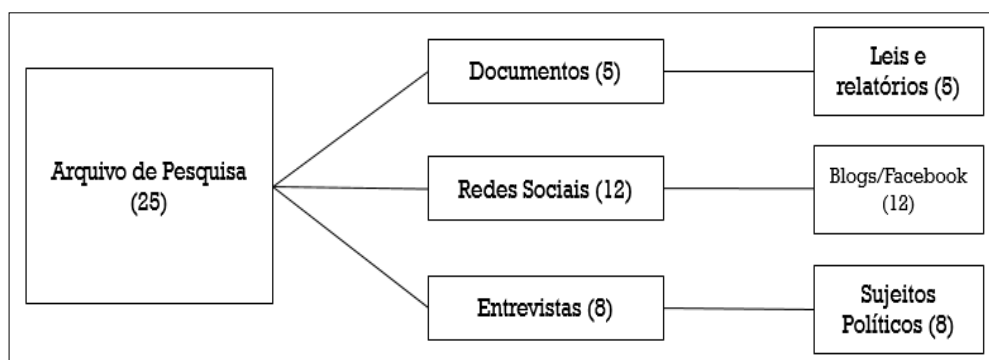
Glynos e Howarth (2007) discute as práticas sociais a partir de três lógicas: a lógica social, a lógica política e a lógica fantasmática. A lógica social responde a questão “o que?” e se pauta em caracterizar as práticas definindo as regras e normas através das estratégias de normatização. A lógica política responde a questão do “como?” que conta com a emergência histórica por meio da formação da prática se debruçando sobre os conflitos que foram o pano de fundo da constituição e a lógica fantasmática responde a questão “por quê?” e se debruça em entender a forma como os sujeitos são unidos a prática. Nesta lógica se faz presente uma força motriz ideológica que motiva e movimenta sujeitos políticos (MARÇAL, 2014). Sobre a articulação é relevante articular esses vários tipos de lógicas, conectando a pluralidade de modo a considerar o fenômeno problematizado (GLYNOS et al., 2015).

**Momento 3 – Crítica:** A persuasão e intervenção (explicação) é o momento conclusivo do trabalho, onde a teoria é mencionada e se traz uma argumentação a partir dos achados para convencer e propor intervenções numa literatura engajada (OLIVEIRA et al., 2013). O método é uma abordagem antipositivista, pois os discursos não são fixos e abordam problemas de pesquisa de natureza política e social. O desenvolvimento de uma hipótese faz parte do processo, isso não significa que ela tem a intenção de ser testada, mas, sobretudo a conclusão da análise será essa mesma hipótese de forma melhorada, dessa forma, a hipótese deve produzir determinadas causas e prever os efeitos do fenômeno (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

No que diz respeito ao corpus de pesquisa, ele foi construído a partir das posições dos sujeitos políticos. Depois de uma pesquisa cuidadosa, foi montado o corpus contendo 25 arquivos, sendo entrevistas, documentos e redes sociais (Figura 04). O corpus foi construído por dados coletados por meio de três grandes

técnicas: observação participante, entrevistas e dados documentais.

Figura 04: Composição do corpus de pesquisa



Fonte: Elaboração dos autores (2017).

Para apoiar as análises, foi utilizado o Software NVivo para codificar as informações e organizar os dados do arquivo. O software é utilizado em pesquisas de cunho qualitativo, especialmente nas pesquisas sociais, sendo um dos mais utilizados no espaço acadêmico brasileiro. Após as codificações foram criados nós e sub-nós para facilitar a apresentação dos resultados. O trabalho de análise se iniciou logo após a organização do corpus de pesquisa, onde os itens foram cautelosamente lidos e analisados. No que diz respeito às entrevistas, os entrevistados foram pessoas ligadas aos movimentos de resistência e que possuíam importância no mesmo, conforme exposto no quadro 01 a seguir.

Quadro 01: Lista dos Entrevistados

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS ENTREVISTADOS
Entrevistado 01	Co-fundadora do movimento “Minha Porto Alegre” e participante do movimento “Cais Mauá de Todos”.
Entrevistado 02	Assessoria jurídica do movimento “Cais Mauá de Todos”.
Entrevistado 03	Atuante da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN
Entrevistado 04	Integrante da Associação dos Geógrafos do Brasil – AGB e participante do movimento “Cais Mauá de Todos”.
Entrevistado 05	Participante do movimento “Cais Mauá de Todos” e vereador.
Entrevistado 06	Presidente da Associação de Moradores do Centro Histórico.
Entrevistado 07	Participante do movimento “Cais Mauá de Todos” e deputado estadual.
Entrevistado 08	Moradora do bairro do Centro Histórico.

Fonte: Elaboração dos autores (2017).

A forma de acesso foi por acessibilidade, onde o pesquisador agendou as entrevistas e coletou no mês de outubro de 2016 na cidade de Porto Alegre. As entrevistas tiveram duração em média de 45 minutos, foram transcritas na íntegra pelo pesquisador e logo importadas para o software Nvivo, onde foram decodificadas e analisadas.

#### 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi identificado um discurso que está ancorada no argumento pelos movimentos de resistência de que o projeto de requalificação do Cais Mauá

contradiz a identidade gaúcha, ou seja, de acordo com eles, o gaúcho não poder ser gaúcho nesse tipo de modificação no Cais. A contra-hegemonia é representada pelo discurso antagônico, demonstrando seus conflitos e R[existência], no sentido de resistir e existir como discurso, além da busca pela hegemonia e o resgate da memória cultural no Cais.

Durante as análises foram identificadas oito cadeias de equivalências que fazem parte da postura contra hegemônica: 1) Cais Mauá de Todos; 2) Ocupa Cais Mauá; 3) Coletivo “A cidade que queremos”; 4) IAB; 5) EPL; 6) GADES; 7) intelectuais; 8) AGAPAN. Todos esses grupos são contra o projeto atual e lutam por outra possibilidade de requalificação. Alguns mais articulados e outros com menos força na cadeia de significação. A lógica de equivalência entre esses grupos consiste na defesa de maior transparência, participação e democracia, se posicionando contra qualquer obra no local que tente elitizar o espaço público e que modifique o cotidiano na população (tradição gaúcha) que frequenta o centro histórico.

Isso se configura como o jeito gaúcho de resistir, que possui suas peculiaridades quando comparados com outros tipos de projetos que pretendem modificar uma área pública. Essa questão particulariza o cidadão gaúcho, tornando a problemática ainda mais intrigante (Figura 05).

Figura 05: Resistência Gaúcha



Fonte: Organizado pelos autores (2017).

Nas análises foram identificados três nós de discursos nessa problemática em relação a identidade local (Quadro 02). A identidade gaúcha foi algo presente na maioria das entrevistas, onde a maior preocupação dos ativistas era que um projeto de Cais Mauá deveria ser pautado no cotidiano das pessoas ao redor do

centro histórico.

**Quadro 02: Identificação dos Nós**

Nó	Descrição
1	Questionar que os hábitos e a história gaúcha não foram levados em consideração na requalificação.
2	O projeto não se preocupa com os aspectos sociais, ambientais e culturais
3	Enfatizar que a requalificação do Cais Mauá é um projeto elitista e irá causar um processo de gentrificação.

Fonte: Extraído do Nvivo (2017).

Em relação ao discurso questionar que os hábitos e a história gaúcha não foram levados em consideração na requalificação foi percebido que esse argumento está na maioria das falas dos entrevistados, demonstrando o descontentamento dessa obra que pretende gerar vida no centro histórico da cidade, mas que não carrega atividades lúdicas e que exclui a identidade gaúcha. Por esse motivo, não foi percebido algum deslocamento no discurso da resistência para esse momento. Trechos das entrevistas evidenciam esse discurso.

*(...) é um projeto que descaracteriza a cidade, Porto Alegre tem o nome de Porto Alegre atribuído a esse Porto Cais Mauá né, o cartão postal da cidade, o mais famoso deles é onde aparece o Cais, aparece todo o porto, parte do centro, aparece a cúpula da catedral, aparece a cúpula da igreja das dores, a chaminé da usina no canto, então é uma paisagem que de fato retrata a cidade, imagina como ficará essa imagem depois dessa requalificação? Não é essa imagem que reflete o nosso dia-a-dia, o jeito de ser gaúcho. A cidade nunca mais vai ser a mesma, essa fotografia não vai mais existir, rasguem! (Entrevistado 06).*

*(...) a forma como está estruturado os armazéns têm toda uma simbologia que faz parte do dia-a-dia da forma de viver do gaúcho né, existem inúmeros cartões postais da cidade, então tem até uma simulação na rede mostrando quão horrível ficaria um shopping ali né, sem o mínimo de cuidado com as enchentes, por exemplo, assim tu tens inúmeros problemas né, além das torres e o estacionamento então é isso, acabando com a história de Porto Alegre que nasceu ali (Entrevistado 05).*

Percebe-se que as falas dos entrevistados orbitam no campo discursivo na tentativa de gerar um significado para a população de Porto Alegre. O gaúcho parece se preocupar bastante com sua identidade e por isso resiste dessa forma. Entretanto, se o projeto de requalificação no porto contradiz com a identidade gaúcha, qual seria um projeto alternativo que retratasse esse tipo de demanda? Como o gaúcho precisa ser significado nesse espaço público? Como os hábitos gaúchos não se sustentam no projeto atual? E como o antigo Cais representa o gaúcho que não é resgatado no novo Cais? Nesse caso, a identidade é do lugar. Mais uma vez fica a reflexão.

Outra demanda dos movimentos de resistência se pauta em refletir o que retrata o discurso: o projeto não se preocupa com os aspectos sociais, ambientais



e culturais. Esse tipo de argumento é propagado enfatizando, inclusive de uma gestão arbitrária como evidenciado na regra, pois essa preocupação com a identidade deveria ser levada em consideração de forma relevante nas modificações do Cais Mauá. A seguir, trechos das entrevistas demonstram esse discurso.

*Para ser um projeto ideal teria que primeiramente levar em conta a população, respeitar os aspectos ambientais, aspectos culturais e os aspectos sociais, ou seja, quem é que frequenta a orla? Como é o hábito do gaúcho, qual o costume? Cinema, livrarias, teatros... ali tem um espaço muito grande para a arte em Porto Alegre, então grupos pequenos conseguem sobreviver porque sempre tem alguma coisa cultural acontecendo em nossa cidade (Entrevistado 04).*

*(...) então o Cais Mauá poderia ser isso, mas da forma como ele foi concebido, ele é basicamente um projeto de construção de shoppings, de construção de grandes espaços de garagens, enfim de estacionamento e de grandes espaços de uso comercial né, sem nenhuma preocupação especial com a natureza social, cultural, ambiental e histórica daquele espaço (Entrevistado 07).*

Os elementos, nesse caso, são as entidades que fazem parte dos movimentos contrários a requalificação e eles procuram fazer momentos para desarticular a postura hegemônica por meio das cadeias de equivalências. Os momentos se apresentam como as ações para dificultar o andamento das obras, exigindo mais participação social e dentre outras coisas. Aliás, falando em democracia, essa questão foi pouco vista pelo discurso da resistência como evidenciado no trecho da entrevista a seguir, observando também as articulações dos movimentos para se chegar a uma nova hegemonia.

*(...) a própria empresa organizou toda a audiência que definiu um local num clube super chique, cheio de tramites inacessíveis a população mais carente, e foi apresentado com um vocabulário super rebuscado. Então em resistência os movimentos chamaram outra audiência pública, ou seja, a sociedade iria ser lesada. Se formou uma frente parlamentar, juntou vereadores, com deputados, então essa foi uma ação importante (Entrevistado 04).*

*Não houve a participação popular em nenhuma etapa, embora eles afirmem ter havido uma audiência pública à época da mudança da lei para permitir as concessões à empresa. Mesmo a audiência pública ocorrida agora em setembro, obrigatória na apresentação do EIA-RIMA, foi realizada em outro bairro, que não no centro, e que é reconhecido pelos porto-alegrenses como um bairro de elite, num clube também de classe média alta, com "direito" a pulseirinha de identificação (Entrevistado 02).*

É perceptível a luta pelo significante vazio a partir de articulações e as variadas posições do sujeito. Laclau menciona que o sujeito resiste e se articula nos procedimentos que compõem as relações sociais, e dentro desse movimento articula-se e transforma-se, criando novas formas de ver o mundo (SANTOS & MELLO, 2014). A questão da identidade gaúcha surge como um argumento que sistematiza os pontos nodais inseridos no discurso.

Nesse momento vale uma ressalva para o conceito de identidade. Essa que na TD é apontada como uma identidade política e que não está fixa no sujeito, ou seja, ela é passageira e contingente. Quando se discute algo no sentido político,

significa problematizar sobre a coletividade, então a questão da identidade é, sobretudo, pensar na relação eu/outro na teoria social e política.

Nesse caso, é resgatada a importância da cultura na formação da concepção de si e do grupo de identificação, concentrando no papel da política de identidades coletivas. Portanto, as identidades são construções contingentes com as funções e posições de sujeitos disponibilizados pelos discursos produzidos historicamente (HOWARTH, 2013). O ângulo apontado por Laclau e Mouffe discute a noção política da identidade para incluir todas as formas de luta coletiva, através da política de classe trabalhadora e lutas (LACLAU E MOUFFE, 2015). Isso permite inferir que a formação das identidades coletivas se dá por meio de um projeto hegemônico através das articulações e antagonismos sociais inerentes a ele.

Teóricos do discurso da vertente pós-estruturalista como Michel Foucault, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe fornecem um ponto de partida importante para repensar os conceitos de identidade política: as identidades são relacionadas, por um lado, as diferentes posições de sujeito inseridos no discurso, e por outro lado, as identidades adquirem o seu significado por ser constituído e definido contra outras identidades, ou seja, contra outros grupos de pensamento coletivo.

Portanto, a identidade cultural é associada ao ser gaúcho, mas na pós-modernidade a identidade política transcende esse ser gaúcho, ou seja, não é porque aquele lugar é gaúcho que os outros não podem se apropriar, justamente pelo caráter contingente da identidade. Na verdade, o que existe é um discurso dessa inapropriação, se tornando uma condição irracional.

No que diz respeito ao último nó identificado (ênfasis que a requalificação do Cais Mauá é um projeto elitista e irá causar um processo de gentrificação) foi observado que esse discurso tem um peso muito forte e todo o tempo também estava sendo significado e debatido pela resistência. As mídias sociais foram um canal importante para propagar esse micro discurso, além de que nas entrevistas, todos os participantes iniciavam suas falas demonstrando a insatisfação de requalificar uma área e trazer exclusão por meio de elitização. Trechos das entrevistas indicam esse discurso a seguir.

*(...) o poder público garante privilégios para um certo grupo entendeu? Quando a gente vê um projeto dessa dimensão e tanta dedicação do poder público para esse projeto em específico, a gente questiona: é isso mesmo que a cidade precisa? É colocar a cidade num mero plano de negócios, existe uma demanda por mega investimentos na cidade num circuito mundial (Entrevistado 04).*

*(...) apesar de não ter, uma catraca, uma cobrança para entrar, mas a forma como ele está estruturado acaba restringindo o tipo de pessoas que vão compartilhar esse espaço que é do povo (Entrevistado 05).*

*Isto é aceito como “requalificação do Cais”? Ou requalificação prevê somente a elitização do público que terá acesso aquele ambiente, exigindo apropriação privada do espaço? (Entrevistado 03).*

Como pode ser observado, as falas indicam a revolta diante desse projeto de requalificação. Os argumentos eram os mesmos: elitização, segregação e gentrificação, cada um com seu ponto de vista. Os grupos se mostravam

favoráveis a uma requalificação, mas que não fosse da forma como estava sendo gerenciada. Eles têm consciência que o Cais precisa ser reativado, mas com atividades culturais e lúdicas, onde a população não se sinta excluída e sim incluída em todo o processo.

No que diz respeito às lógicas do discurso inerente a identidade, as inferências se pautam em refletir sobre uma lógica social que remete ao enaltecimento do dia-a-dia social gaúcho, pois a questão social seria justamente a forma de convívio que um gaúcho possa ser representado perante outro, diferenciando-o de qualquer outra pessoa por meio dos seus hábitos e costumes.

A lógica política é por meio da própria resistência, ou seja, o jeito gaúcho de resistir se apresenta como algo interessante que particulariza essa população. E a ideologia (lógica fantasmática) se pauta em um ideal de continuidade e preservação da historicidade a fim de resgatar a sua identidade naquele projeto de requalificação no Cais Mauá. A seguir também é apresentado um quadro com o resumo das lógicas do discurso inerente a essa formação discursiva (Quadro 03).

**Quadro 03: Lógicas da Terceira Formação Discursiva**

A Requalificação do Cais Mauá não Contempla a Identidade Gaúcha	
LÓGICAS DO DISCURSO	SIGNIFICADOS
Social	Enaltecimento do hábito social gaúcho
Política	O jeito gaúcho de resistir
Fantasmática	Continuidade e preservação

Fonte: Elaboração dos autores (2017).

Harvey (2005) e Lefebvre (2008) nos ensinaram tanto e produzem um discurso de uma cidade como um organismo vivo, que precisa ser sentida e reproduzida nas relações sociais. Um direito que extrapola o uso adequado do espaço, um direito que nos apresenta os espaços da cidade como um reprodutor de relações e mais ainda, uma crítica a forma de produção dessas relações no espaço, que é a crítica ao mercado capital abordada por esses autores. Assim, novamente se questiona como é possível um Cais Mauá para Todos na intenção de atender as diversas demandas em torno do espaço público.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo compreender como se dão os conflitos na representação política da identidade gaúcha na gestão do espaço urbano em torno do Porto Cais Mauá. Os conflitos se dão para legitimar a identidade de um povo que luta em busca de uma hegemonia na intenção de preservar sua historicidade local e ao mesmo tempo colocar a cidade no mercado de turismo em favorecimento do capital.

Esse discurso está ancorado no argumento pelos movimentos de resistência que o projeto de requalificação do Cais Mauá contradiz a identidade gaúcha, ou seja, de acordo com eles, o gaúcho não poder ser gaúcho nesse tipo de modificação no Cais. A contra-hegemonia é representada pelo discurso antagônico, demonstrando seus conflitos e R[existência], no sentido de resistir e existir como discurso, além da busca pela hegemonia e o resgate da memória

cultural no Cais.

Percebe-se as frentes de batalha perante a um projeto que pretende gerar uma nova vivência para a população de Porto Alegre, entretanto as críticas se pautam em como essa vivência é percebida pela população e como é possível a requalificação dessa maneira que foi proposta. Todos os atores estão disputando o mesmo espaço e tentando gerar um significado para o Cais Mauá. A hegemonia, nesse caso, preenche de forma contingente determinado significado. Como se observa a hegemonia no Cais busca um significado de atratividade pautado em mercado turístico, entretanto a postura contra hegemônica em outra oportunidade pode se chegar a hegemonia como nos explica Laclau e Mouffe (2015), pois os momentos, elementos, pontos nodais, significantes vazios e flutuantes continuam buscando espaços para preenche-lo nessa disputa.

Nesse momento algumas reflexões são importantes em relação aos conflitos sobre identidade no Cais Mauá. Primeiro, o que levou ao questionamento de que aquele projeto de requalificação não contemplava a identidade local? Como a cidade de Porto Alegre se desenvolveu a partir de uma lógica moderna de planejamento urbano, seus projetos de intervenções urbanas também seguem essa lógica e perpetua significados hegemônicos sobre o uso de espaço. Se a requalificação não é consenso para todas as demandas, então o projeto se mostra como inadequado e espera-se que a sociedade seja uma voz protagonista na participação e no planejamento urbano.

Mas, por que o gaúcho resiste dessa forma? Será por meio da cultura e suas tradições locais? Será uma forma de nostalgia das práticas sociais da identidade gaúcha no lugar? O caráter contingente da identidade na pós-modernidade é mais uma identidade do lugar e não do sujeito, ou seja, a identidade gaúcha pode assumir várias posições, assim a identidade política transcende esse ser gaúcho. Não é porque aquele lugar é gaúcho que os outros não poderiam se apropriar. As identidades são fragmentadas, construídas e transformadas continuamente por representações ou interpelações dos sistemas culturais que o rodeiam (HALL, 2003).

São várias as alternativas para se pensar essa questão, entretanto, partindo de uma lógica como estrutura de pensamento, se a identidade cultural (de uma forma geral), for usada como forma de justificar a resistência sobre as intervenções urbanas em diversas cidades, então seus apoiadores obtiveram algum respaldo para tal justificação.

Por que o novo Cais Mauá carrega consigo significados em busca do progresso e do desenvolvimento no paradigma do planejamento urbano? Se o velho Cais parece ser uma porta aberta para novos negócios, então outros espaços públicos podem também ter essa conotação, logo a iniciativa privada pode encontrar alternativas para alí propagar uma lógica de mercado, e o poder público pode entregar o que é do povo para a especulação imobiliária. Harvey (2005) tece suas críticas a esse modelo de desenvolvimento, onde o capital financeiro é o principal beneficiado. Isso significa que toda essa problematização ainda se pauta em um modelo de planejamento urbano baseado nos pressupostos do positivismo e economicista, sem refletir sobre as relações sociais inerentes a cada realidade.

Para se pensar em um Cais Mauá para todos, talvez só seria possível com a junção do que é considerado moderno com o arcaico. A crítica se dá apenas em

ênfatisar um desses dois, pois o moderno fere com a tradição local e o arcaico transforma a região em lugar de passagem, ou seja, um não-lugar. A proposta aqui é um tipo de integração que unifique ambos. Nesse caso, recomenda-se a produção de um espaço integrado, ou seja, um moderno com toques de aspectos locais, nos termos do urbanismo, se fala em tipos de restauração moderna.

Nesse caso, a intervenção visa manter a identidade local, os aspectos característicos da época para que futuras gerações tenham acesso ao estilo cultural e histórico da identidade original, toda essa questão com um toque de modernidade, buscando trazer novos usos aquele espaço, ou seja, uma arquitetura moderna atual. Dentro desse tipo de intervenção, alguns quesitos devem ser respeitados, justamente pelas leis que discutem o tombamento do patrimônio histórico, além de que não se pode agredir de forma visual para que ele não se perca. Isso significa que ao olhar para uma modificação dessa forma, os aspectos culturais devem estar presentes sem perder sua identidade, ou seja, existe uma harmonização da fachada original com uma nova adição, redesenhando a cidade. Isso significa que o conceito é atualizado.

Recorrendo as teorias sobre direito à cidade e produção capitalista do espaço, é possível concluir que o discurso da iniciativa privada e do poder público é elaborado por meio de uma visão de desenvolvimento e uma concepção universalista, muitas vezes, eurocêntrica. Essa questão é observada na inspiração de modelo de requalificação dos espaços europeus, que é visto como adequado, sem que exista uma adaptação crítica a cada contexto específico.

Portanto, é interessante perceber que ambos argumentos estão pautados em um único conceito de cidade: de um lado baseado em grandes empreendimentos e valor econômico agregado, e do outro lado um modelo baseado em participação, transparência e preservação em forma de resistência. A requalificação do Cais Mauá aparece como apenas uma fração desse discurso maior sobre a questão da mobilidade, a privatização de espaços públicos, urbanismo crítico, planejamento urbano, a intervenção na orla e no perfil da cidade, o potencial dano ao patrimônio cultural, uso eficiente do espaço, engajamento político, desenvolvimento regional e na participação popular com consequências positivas quando balizadas na elaboração de políticas públicas.



# From old Caís Mauá to new business: Inherent conflicts the political representation of identity in the management of urban space

## ABSTRACT

This paper is about an urban intervention of requalification of the public space Pier Mauá in Porto Alegre-RS. The objective was to understand how the conflicts occur in the political representation of the gaucho identity in the management of urban space. It is a qualitative research of critical position that used the Discourse Theory of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, a poststructuralist theory of post-Marxist. At the same time, this discussion was also supported by Henri Lefebvre's theory of the Right to the City and David Harvey's Studies on Capitalist Space Production and theorizing about political identity from a retroductive methodology. The research corpus was assembled containing 25 files, including interviews with resistance movements, documents and social media files. To support the analyzes, the NVivo qualitative analysis software. The results point out that the conflicts arise to legitimize the identity of a people in the intention of preserving its local historicity and at the same time putting the city in favor of capital. Both arguments are based on a single concept of city: on the one hand based on aggregate economic value, and on the other side a model based on participation, transparency and preservation.

**KEY WORDS:** Pier Mauá. Political Identity. Management of Space.

---

## REFERÊNCIAS

- BARCELLOS, R.; DELLAGNELO, E. **O surgimento do Circuito Fora do Eixo sob a ótica da Teoria Política do Discurso: uma reflexão.** In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, 2012, São Paulo. Anais. Enapegs. São Paulo: RIGS, 2012.
- CAVALHEIRO, M. H. **Manifesto Mauá: uma costura urbana no centro de Porto Alegre.** Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. (Curso de Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Porto Alegre: o autor, 2008.
- CORDEIRO, A. T.; MELLO, S. C. B. **Teoria do discurso laclauiana: uma mediação entre teoria crítica e prática política.** Anais do Encontro Nacional da Anpad, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2010.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.
- DELLAGNELO, E., BÖHM, S. **Empirical studies and political discourse theory: a critical analysis of resistance from an organisational perspective.** In: VI Encontro de Estudos Organizacionais, 2010, Florianópolis. Anais. Florianópolis: ENEO, 2010.1CD.
- FIORAVANTI, L. M. **Reflexões sobre o “Direito à Cidade” em Henri Lefebvre: obstáculos e superações.** Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, v. 2, n. 2, p. 173-184, 2013.
- GEHL, J. **Cidade para Pessoas.** 2.ed. Tradução: Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GLYNOS, J.; HOWARTH, D. **Logics of critical explanation.** Abingdon: Routledge, 2007.
- GLYNOS, J.; KLIMECKI, R.; WILLMOTT, H. **Logics in policy and practice: a critical nodal analysis of the UK banking reform process.** Critical Policy Studies, 171(June 2015), 1–23, 2015.
- GOMES, H. **A produção do espaço geográfico no capitalismo.** São Paulo, Contexto, 1990.

HALL, S.A **identidade cultural na pós-modernidade**. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural** – 23ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Rebel cities**. New York: Verso books, 2012.

HOWARTH, D. **Discourse**. New York: Open University Press: McGraw Hill, 2000.

HOWARTH, D. **Poststructuralism and after: Structure, subjectivity and power**. Springer, 2013.

HOWARTH, D.; GLYNOS, J.; GRIGGS, S. **Discourse, explanation and critique**. *Critical Policy Studies*, 10(1), 99–104., 2016.

HOWARTH, D; STAVRAKAKIS, Y. **Introducing Discourse Theory and Political Analysis**. In: HOWARTH, D; NORVAL, A.J; STAVRAKAKIS, Y. *Discourse theory and political analysis*. Manchester: Manchester University Press, 2000.

LACLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, E. **Universalismo, particularismo e a questão da identidade**. In: MENDES, C. (Coord.). *Pluralismo cultural, identidade e globalização*. Rio de Janeiro: **Record**, 2001, p. 229-250.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. E Aécio Amaral – São Paulo: intermeios; Brasília, 2015.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy**. London: Verso, 1985.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Centauro Editora, 2008.

LUVIZOTTO, C. K. **As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia**. UNESP, 2010.

MARÇAL, M. C. C. **Discurso do sistema tecnológico PORTOMÍDIA: um estudo no campo da economia criativa e artes digitais.** Tese (Curso de Pós-Graduação em Administração). Universidade Federal de Pernambuco: O Autor, 2014.

MENDONÇA, D. **Como olhar "o político" a partir da teoria do discurso.** Revista Brasileira de Ciência Política, v. 1, p. 153, 2009.

MENDONÇA, D. **A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira.** Ciências Sociais Unisinos, v. 43, n. 3, p. 249-258, 2007.

MENDONÇA, D. **A teoria do discurso de Laclau e Mouffe: em direção à noção de significante vazio.** Barbarói, n. 18, p. 55-71, jan-jun 2003.

MENDONÇA, D. **Antagonismo como identificação política.** In: Revista Brasileira de Ciência Política, n. 9. Brasília, set./dez, p. 205-228, 2012.

MENDONÇA, D. **Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto.** Revista Sociedade e Estado, vol. 25, núm. 3, pp. 479-497. Universidade de Brasília Brasília, Brasil, 2010.

OLIVEIRA, G.; OLIVEIRA, A.; MESQUITA, R. **A teoria do discurso de Laclau e Mouffe e a pesquisa em Educação.** Educação e Realidade, v. 38, n. 4, p. 1327-1349, 2013.

SANTOS, J. M. L.; MELLO, S. C. B. **Os significados de Belo Monte no discurso das mídias sociais.** Revista Comunicação, Mídia e Consumo. São Paulo: PPGCOM ESPM, 2014.

SILVA, C. C. G.; BATISTA, M. M.; MELLO, S. C. B. **A teoria do discurso de Laclau e Mouffe.** In: MELLO, S. C. B. (Org.). **Construção Social da Tecnologia e Teoria do Discurso.** 1 ed. Recife: Editora UFPE, 2014.

SOUZA, C. F. **Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade.** Porto Alegre: Armazém Digital, 2008.

VIEIRA, O. A. D. **A revitalização do Cais Mauá - por uma outra possibilidade.** Revista ROSA DOS VENTOS-Turismo e Hospitalidade, v. 4, n. 1, 2012.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade & Diferença.** Petrópolis: Vozes, 2000.

ZANCHETI, S.; SOMEKH, N.; FREGONEZI, B. **REVITALIZAÇÃO URBANA NO BRASIL COMPARANDO SEIS CENTROS HISTÓRICOS**. Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, v. 8, n. 1, 2016.

**Recebido:** 29 out. 2017.

**Aprovado:** 30 jan. 2018.

**DOI:** 10.3895/rbpd.v7n2.7239

**Como citar:** LACERDA, C. C. O.; MELLO, S. C. B. Do velho Cais Mauá a novos negócios: conflitos inerentes a representação política da identidade na gestão do espaço urbano. **R. bras. Planej. Desenv.**, Curitiba, , v. 7, n. 2, p. 339-361, mai./ago. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd>>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Carlos César de Oliveira Lacerda

Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife – PE, Brasil

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

